



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Campus Colatina

Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica-
DocentEPT

Colatina – ES – 2021

Reitor

Jadir José Pela

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

André Romero da Silva

Diretor de Pós-graduação

Pedro Leite Barbieri

Diretor-Geral do Campus Colatina

Octavio Cavalari Júnior

Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação do Colatina

Júlio César Nardi

Comissão de Elaboração do PPC

Reelaboração: Larissy Alves Cotonhoto e Paulo Roberto Wollinger

Colaboradores no projeto inicial: Olivier Allain, Marilza Regattieri, Joelma Kremer, Crislaine Gruber, Joedna Hubner, Monica Costa Arrevabeni, Danielli Veiga Carneiro Sondermann, Wesley Vitor da Silva.

Coordenação do Curso

Larissy Alves Cotonhoto

Assessoramento Pedagógico

Paulo Roberto Wollinger

1 Identificação do Curso	6
2 Caracterização da proposta	7
2.1. Apresentação e contextualização institucional	7
2.2 Breve histórico da EaD no Ifes	7
2.3 Fundamentos para a construção do PPC	8
2.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares	8
2.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica	10
2.3.3 Outras dimensões do trabalho	11
2.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica	13
2.3.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores	13
2.3.6 Princípios Educacionais	14
2.4 Viabilidade técnica	14
2.5. Justificativa	16
2.5.1 Exigência Legal	16
2.5.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EP	16
2.6 Objetivo Geral	17
2.7 Objetivos Específicos	17
2.8 Público-alvo	18
2.9. Perfil do Egresso	18
2.10 Infraestrutura	18
2.10.1 Instalações gerais e equipamentos	18
2.10.2 Polos de apoio presencial	19
2.10.3 Biblioteca	19
2.11. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas	19
2.12. Plano de Aplicação Financeira dos Cursos	20
2.13 Custo Total do Projeto	22
3 Corpo Docente e Técnico do Curso	22
3.1 Formação dos Professores Formadores e Mediadores Pedagógicos	24
3.2 Corpo Docente	24
3.2. Corpo Técnico do Curso:	33
3.4 Coordenação e Corpo Docente do Curso	33
4 Matriz Curricular	33
4.1. Componentes Curriculares ou Disciplinas:	33
4.1.1 Certificações Intermediárias	34
4.1.2 Certificação	35
4.2. Ementário	35
4.3 Metodologia	55
4.4 Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem	56
4.5 Trabalho Final de Conclusão	57
4.6 Atividades de atendimento aos estudantes	57

5 Estágio	58
6 Avaliação do Curso	58
REFERÊNCIAS	58

1. Identificação do Curso:

Nome do Curso	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 – Educação 7.08.07.07-8 Ensino Profissionalizante				
UA ¹ Responsável	Campus Colatina				
Carga Horária Total ²	460	Duração ³ (meses)	12	Nº de vagas	6300
Modalidade	<input type="checkbox"/> Presencial - <input type="checkbox"/> Semipresencial - <input checked="" type="checkbox"/> A Distância				
Polos	O curso será ofertado em 108 polos.				
Outras Instituições participantes	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)				
Assessoramento Pedagógico	Paulo Roberto Wollinger				
Período previsto para realização do curso ⁴					
<input type="checkbox"/> Oferta Regular – Início em:					
<input checked="" type="checkbox"/> Oferta única – Início em: Março/2021 Término em: Março/2022 - Replicável a critério do Ministério da Educação.					
Coordenador					
Nome	Larissy Alves Cotonhoto				
E-mail	larissy.cotonhoto@ifes.edu.br	Telefone	+55 (27) 3198-0903		
Carga horária Ifes	40h	Carga horária dedicação ao curso	20h		
Área de formação	Educação				
Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/5973420305050319				
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>					
Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1994) e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2012). Possui mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2001) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). Participou do Observatório Nacional de Educação Especial e do Observatório Estadual de Educação Especial do Espírito Santo. Atualmente é professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, lotado no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - CEFOR. Tem experiência na área de Psicologia, Educação, Educação Especial e Educação a Distância. Pesquisa temas como: aprendizagem, desenvolvimento, formação de professores, educação especial, inclusão, autismo, deficiência intelectual, EaD, acessibilidade e tecnologias educacionais.					
Secretaria do Curso					
Servidor responsável pela Secretaria	Servidor a ser contratado via edital, com 30h de trabalho.				

- ¹ UA – Unidade Administrativa: Campus, Centro de Referência; Polo de Inovação; Reitoria.
- ² Observar artigo 7º inciso I da Resolução CNE Nº 1/2018; artigo 54 ROD da Pós-graduação
- ³ Observar artigo 54 §2º e §3º do ROD da Pós-graduação do Ifes
- ⁴ Para entender sobre oferta única e regular, consultar o ROD da Pós-graduação, artigo 42.

<u>Endereço, telefone, e-mail da Secretaria do curso</u> Av. Arino Gomes Leal, 1700 - Santa Margarida, Colatina - ES, 29700-558
<u>Horário/Dia de Funcionamento da Secretaria</u> Segunda a sexta-feira, das 13h às 19h.

2. Caracterização da proposta

2.1. Apresentação e contextualização institucional

O objeto desta proposta é a reoferta do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na qual a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) de número 8747, está implementando o presente projeto como um dos objetos, doravante denominado DocentEPT, para formação de professores para as ofertas de Educação Profissional nas redes estaduais de educação. O DocentEPT ofertará o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância, em todo o território nacional, em polos de apoio presencial, cujo financiamento está a cargo da SETEC-MEC.

2.2 Breve histórico da EaD no Ifes

No Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2005, impulsionou a oferta de cursos de graduação por meio de uma parceria entre governo federal, Ifes e municípios. O Ifes participou, em 2006, do primeiro edital da UAB e teve aprovada a proposta do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS). Para dar apoio ao desenvolvimento da Educação a Distância (EaD) no Ifes, nesse mesmo ano, foi criado o Centro de Educação a Distância (Cead). Em 2007, foi lançado o programa Rede e-Tec Brasil, visando à oferta de Educação Profissional e Tecnológica a distância, com o propósito de ampliar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos. Nesse programa, o MEC é responsável pela assistência financeira na elaboração dos cursos, enquanto aos estados, Distrito Federal e municípios cabe a estruturação dos demais itens para a organização dos cursos.

Em 2009, aconteceu a implantação do curso Técnico em Informática (TI), fomentado pela Rede e-Tec Brasil, e, pela UAB, o curso Licenciatura em Informática (LI), além de uma nova oferta do TADS. Em 2010, aconteceu, com fomento da UAB, a implantação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação para Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Gestão Pública Municipal (GPM) e Informática na Educação (IE). Em 2011, aconteceram novas ofertas dos cursos dos programas e-Tec e UAB e, em 2012, além da abertura de mais vagas para os cursos de pós-graduação e técnico, foi implantada a Licenciatura em Letras/Português. Em 2013, o Ifes promoveu a terceira oferta dos cursos de graduação TADS e LI, além da quarta oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* EJA, EPT e IE. Nesse mesmo ano ocorreu, ainda, a implantação do curso Técnico em Administração.

Em 2014, com o objetivo de fomentar e apoiar a Educação a Distância e o uso de tecnologias na educação no Ifes e de trabalhar a formação de professores e demais profissionais da educação, o Cead foi transformado em Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Nesse ano aconteceram as reofertas dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e do Técnico em Administração, além da implantação do curso de Complementação Pedagógica em Letras/Português, Matemática, Física, Biologia e Química.

Em 2015, o Cefor iniciou a oferta do primeiro curso sem fomento externo dos programas federais, a pós-graduação *lato sensu* em Tecnologias Educacionais. Esse foi um importante passo no caminho rumo à institucionalização da EaD no Ifes. Além disso, iniciaram-se quatro cursos técnicos do Profucionário, fomentado pela Rede e-Tec Brasil, cujo objetivo é a formação de profissionais em serviço na Educação Básica Pública.

Em 2016, o Cefor ofertou novamente a pós-graduação *lato sensu* em Tecnologias Educacionais e cerca de 25 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Um destaque foram os cursos do programa Profucionário, fomentados pela Rede e-Tec Brasil: Técnico em Alimentação Escolar, Técnico em Infraestrutura Escolar, Técnico em Multimeios Didáticos e Técnico em Secretaria Escolar. Além disso, houve um esforço para a institucionalização da EaD, reformulando metodologias, normas institucionais e planejando novas formas de construir a EaD sem fomento, mas mantendo a qualidade que é própria dos cursos do Ifes.

Em 2017, foram abertas novas turmas de cursos com fomento do sistema UAB, a saber: cursos de graduação LI e Letras/Português; Complementação Pedagógica; as pós-graduações EPT e IE, além de, novos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Educação: Currículo e Ensino, Ensino Interdisciplinar em Saúde e Meio Ambiente na Educação Básica e Metodologias e Práticas para o Ensino Fundamental. Houve, ainda, a oferta de novo curso de pós-graduação *lato sensu* institucionalizado (sem fomento): Práticas Pedagógicas para Professores.

Em 2018, foram oferecidos pelo Cefor diversos aperfeiçoamentos, dentre eles o curso de Educação e Ambiente e o curso Inclusão e Educação Especial, além de 25 Formações Iniciais e Continuadas (FIC), como os cursos Formação de Professores para EaD, Formação de Tutores para EaD e Tecnologias Digitais como apoio ao aprendizado de Matemática. Além disso, nesse ano, aconteceu a primeira oferta do curso Técnico em Multimeios Didáticos, sem fomento de programas federais. Em 2019, além de nova oferta de cursos FIC, técnico e de pós-graduação institucionalizados, o Ifes foi recredenciado para ofertar EaD com nota 5, a máxima na avaliação.

Ainda em 2019, o Cefor fez sua primeira oferta em rede sem fomento externo, com o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Práticas Pedagógicas para Professores, tendo dez campi como polo presencial. Em 2020, o Ifes oferta quatro cursos de Pós-graduação e Aperfeiçoamento totalmente a distância.

Atualmente, o Ifes conta com cursos técnicos, de graduação, pós-graduação em EaD e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de ensino e extensão, ofertados por diversos campi. A instituição também oferta cursos abertos, que seguem a tendência mundial de cursos 100% on-line, no formato MOOC (do inglês, *Massive Open Online Courses*). Esses cursos abertos têm como características serem abertos ao público em geral, sem processo seletivo; com certificação online após aproveitamento mínimo de 60% do curso; e carga horária máxima de 60 horas.

2.3 Fundamentos para a construção do PPC

2.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* (definição da Biologia) é, também, um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se **técnica**. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação,

remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reprodutível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O *homo technicus* transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foram empregadas para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem técnicas, também, seja porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional, que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

2.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne + logos*) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” chapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar *do e no* fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceitualização na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como *adjetiva* do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas,

métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, neste texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isso. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

2.3.3 Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN *et al.*, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começamos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin *et al.* (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que

podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como lembra Barato (2015, p. 26), os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

2.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a conseqüente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

2.3.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Conseqüentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Também incorre-se na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre

muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

2.3.6 Princípios Educacionais

Este Projeto Pedagógico considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

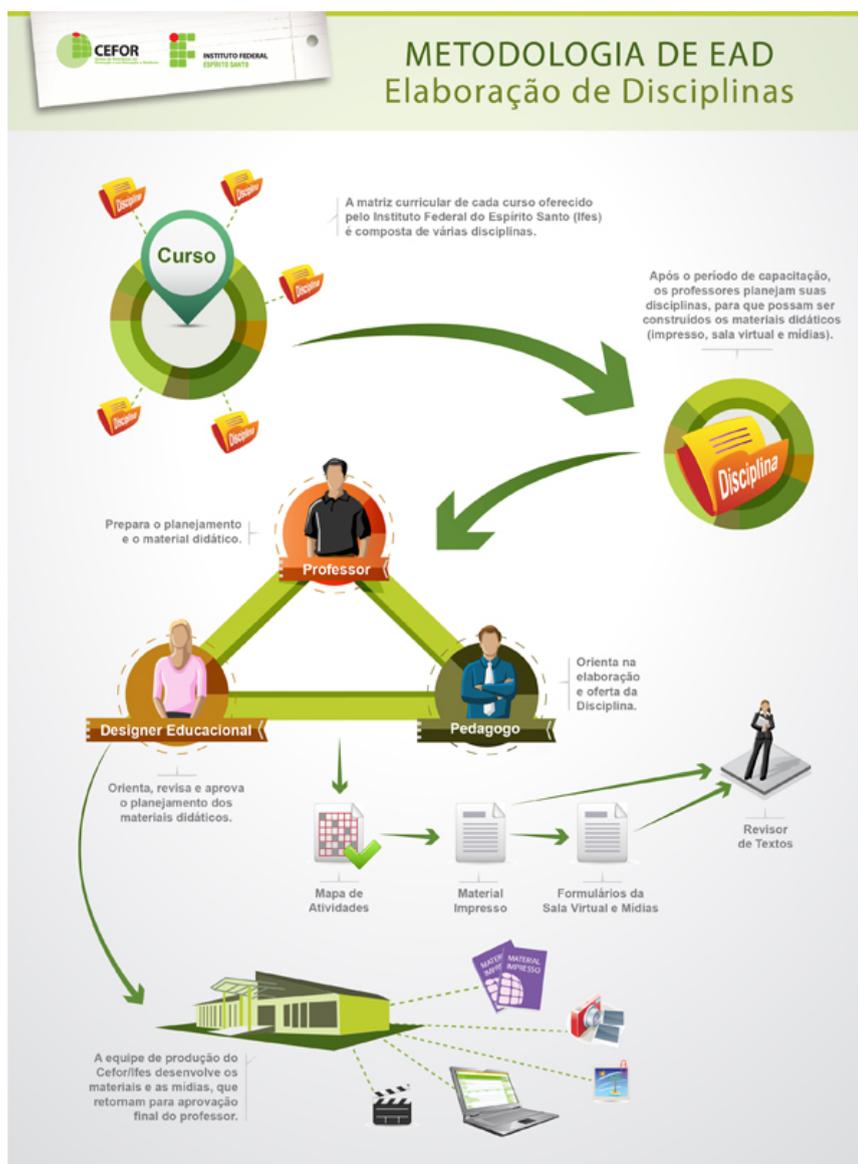
- O trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana.
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional.
- Pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.
- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional.
- A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.
- A técnica como propriedade *adjetiva* humana de intervenção no mundo para a produção da existência.
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações.
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática.
- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana.
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social.
- Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional e Tecnológica.
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EP.
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular.
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional.
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir.
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante.
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica.

2.4 Viabilidade técnica

Além da oferta própria de cursos, o Cefor atua no apoio à EaD de todo o Instituto Federal do Espírito Santo, englobando desde formações iniciais e continuadas até a pós-graduação. Neste sentido, o Cefor presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD, uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de alunos, professores e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Para o desenvolvimento dos cursos a distância, o Cefor desenvolveu uma metodologia para elaboração de cursos nesta modalidade, com o objetivo de garantir que as disciplinas tenham a qualidade necessária para um curso EaD. A Figura 1, apresenta um infográfico representativo da metodologia de elaboração das disciplinas dos cursos ofertados pelo Ifes.

Figura 1. Metodologia de elaboração de disciplinas EaD



Fonte: Cefor (2019).

De acordo com o infográfico representado na Figura 1, os cursos são elaborados por uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. O planejamento dos cursos é feito de forma integrada entre a equipe, que inclui ainda profissionais especialistas em design gráfico, produção de vídeo e outras mídias. Além disso, todos os materiais desenvolvidos passam por revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos alunos com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e/ou audiodescritores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os alunos, em especial alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem..

A carga horária total deste curso será de 460 horas. O público-alvo são graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica.

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O

curso será composto por nove disciplinas obrigatórias, sendo uma delas o Trabalho Final de Curso (TFC) do curso. As disciplinas serão realizadas a distância, com previsão de atividades síncronas (*online*) ou presenciais, que acontecerão aos sábados, no período matutino, conforme calendário acadêmico. Conforme cronograma de atividades do curso, as quatro atividades presenciais acontecerão ao longo do ano letivo. No dia e horário contarão com a atuação do professor formador, professores mediadores e possíveis articuladores, no atendimento aos cursistas. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, entre a realização dos módulos.

Durante o curso, os estudantes serão orientados a desenvolver o Trabalho de Conclusão Final (TFC), que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, o planejamento, implementação e avaliação de um processo educativo na Educação Profissional e Tecnológica, a ser desenvolvido individualmente pelo estudante. A orientação será realizada por um orientador-professor, que acompanhará e mediará a elaboração do trabalho final. A apresentação do TFC se dará por meio de uma banca de avaliação com membros internos e externos, com a participação de colegas de turma/polo. Serão convidados a compor as bancas membros internos do curso, bem como profissionais externos que atuam na EPT.

As apresentações das defesas dos TFC serão avaliadas, com notas variando em uma escala de 0 a 100, estando aprovado o estudante que obtiver uma nota final de, no mínimo, 60 pontos.

2.5. Justificativa

2.5.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) preceitua que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional enquanto oferta associada à educação básica, especialmente o ensino técnico, se inclui nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico, no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam para a formação desse profissional, que:

Na realidade, em Educação Profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

2.5.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem esquecer a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional reside na possibilidade aberta pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo Brasil, uma vez que um trabalhador melhor qualificado, aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a produtos e serviços, melhor elaborados, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional e Tecnológica, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional e Tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem

formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

2.6 Objetivo Geral

O Curso de Especialização *lato sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica é financiado pelo Ministério da Educação, com gerenciamento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e objetiva capacitar graduados, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a EPT como campo de estudos; e promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica.

2.7 Objetivos Específicos

- Capacitar professores para as ofertas da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos.
- Exercitar a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

2.8 Público-alvo

O público-alvo é constituído por graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica.

2.9. Perfil do Egresso

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;
- planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional e Tecnológica”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso de todos aos componentes curriculares trabalhados.

2.10 Infraestrutura

O curso será ofertado por meio da parceria do Campus Colatina com o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, unidade acadêmica do Ifes, e ministrado a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na plataforma Moodle (www.ava.cefor.ifes.edu.br).

2.10.1 Instalações gerais e equipamentos

Por se tratar de um curso na modalidade a distância e realizado em parceria entre duas unidades acadêmicas, destacamos a infra-estrutura das mesmas quanto à estrutura física e digital.

Quanto à infraestrutura física, o Campus Colatina garante a acessibilidade arquitetônica por meio de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras arquitetônicas. O campus está localizado no bairro Santa Margarida, Município de Colatina/ES. Para o curso será disponibilizado um espaço para a coordenação do curso, o Apoio Pedagógico e o assistente em Secretário Escolar (registro acadêmico) registro acadêmico e não haverá necessidade de construção.

O Cefor, em sua infraestrutura física, prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos quatro andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille.

Sobre a infraestrutura digital, o Cefor gerencia o Ambiente Virtual de Aprendizagem - a Plataforma Digital Moodle (www.ava.cefor.ifes.edu.br). Para esse gerenciamento e acompanhamento, a unidade possui uma Coordenação Geral de Tecnologias Educacionais e uma Coordenação Geral de Tecnologias da Informação, que juntas elaboram, produzem e desenvolvem recursos e materiais digitais para os cursos ofertados na modalidade a distância, além de desenvolverem também tecnologias assistivas e produzirem materiais digitais acessíveis.

Portanto, o Cefor ficará responsável pelo planejamento e a produção de materiais digitais para o curso, enquanto o Campus Colatina será o responsável pela gestão acadêmica do curso.

2.10.2 Polos de apoio presencial

Cada unidade da federação será responsável pela articulação em seu estado, por meio do Edital de Adesão ao DocentEPT. Dentre os critérios de adesão, cada estado compromete-se a indicar um articulador local, ligado à Coordenação Estadual de Educação Profissional e Tecnológica ou órgão similar; selecionar os polos de apoio presencial; acompanhar e auxiliar no processo seletivo para escolha dos alunos do curso, seguindo as diretrizes do Ifes; e cooperar para o bom desenvolvimento do curso.

Cada polo deverá cumprir os requisitos básicos para a oferta de EaD, conforme normas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Em geral, há polos UAB e unidades das Redes Estaduais de Educação em todos os estados e, em princípio, esses serão escolhidos, uma vez que já possuem as condições básicas para a oferta de EaD. Os campi dos Institutos Federais também poderão ser contemplados neste projeto por meio de acordo de cooperação.

O apoio do polo presencial ocorre, entre outros, por meio de realização dos encontros presenciais previstos no curso. Ao longo do curso estão definidos quatro momentos presenciais, que acontecerão

nos polos dos estados. As atividades presenciais serão organizadas pelo professor formador e implementadas com auxílio do professor mediador e do coordenador local, sendo que este último estará presente acompanhando seus alunos.

Cada polo deve ter condições de acomodar toda a turma para as atividades presenciais, tendo condições de acomodar as turmas de 50 alunos, disponibilizando computadores e acesso à Internet, além das condições básicas para as atividades letivas, como sala de aula, banheiros etc.

2.10.3 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância do Ifes. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Os alunos também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor. As informações sobre acesso podem ser obtidas no link: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais>.

Em relação ao acesso à biblioteca, o curso por meio do AVA Moodle conta com um acervo virtual com o suporte de duas plataformas digitais (Biblioteca Virtual Pearson e Minha Biblioteca), que permitem o acesso 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com internet. Os acervos físico e virtual podem ser acessados no link da biblioteca, no site do Campus Colatina com login e senha institucionalizados e individualizados, dentro e fora dos limites da instituição. Tanto o acervo físico quanto o virtual possuem garantia de acesso, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda dos estudantes do campus.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

E, finalmente, o Ifes possui um Repositório Institucional (RI/Ifes), regulamentado pelo Conselho Superior, por meio da aprovação das Resoluções nº 22 e 23, de 07 de agosto de 2017. O Repositório Institucional do Ifes (<https://repositorio.ifes.edu.br/>) é um sistema pensado para armazenar, gerenciar, preservar e disseminar a produção técnico-científica dos servidores e estudantes da instituição, de forma livre e gratuita. Os arquivos do RI estão categorizados em: Edifes; Eventos Ifes; Produção Científica; Teses e Dissertações; e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos. Os estudantes podem fazer download, imprimir, compartilhar ou utilizar os materiais para fins educacionais e não comerciais, fazendo-se a devida citação dos direitos autorais conforme o termo de uso de cada documento.

2.11. Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receita

	DESCRIÇÃO	Valor Total (R\$)
1.1	Recursos aportados pelo TED 8747 - DocentEPT	R\$ 4.134.529,84
	TOTAL POR ALUNO	R\$ 656,28

Os demais elementos financeiros que compõem o TED 8747 podem ser visualizados no seguinte link: (<http://facto.conveniar.com.br/portaltransparencia/Default.aspx?txtNomeProjeto=140&txtNomePessoaResponsavel=&txtNomePessoaFinanciador=&txtDataAssinatura=&ddlCodStatusConvenio=10&ddlFiltroClassificacao=0&pagina=projetos#projetos>)

2.12. Plano de Aplicação Financeira do Cursos

Para que esta proposta possa ser desenvolvida, faz-se necessária a formação e o desenvolvimento de uma equipe para garantir a qualidade do curso. A Tabela 1 apresenta as funções, requisitos mínimos, quantidade de profissionais necessários, quantidade de bolsas, número de parcelas a serem pagas, tipo de bolsa de acordo com a Resolução nº 44/2016 do Conselho Superior do Ifes, e os valores totais. O curso será financiado por meio da TED 8747.

Tabela 1: Quantidade e valores de bolsas necessárias ao projeto

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DOCENTEPT - COORDENAÇÃO E EQUIPE MULTIDISCIPLINAR						
Número de vagas: 6300 - Estados: 27 - Polos: 63						
Função	Req. Mínimo	Qt.	Qt. Parc.	Tipo de Bolsa Res. 44/2016	Valor Bolsa Res. 44/2016	Valor Total
Coordenador de Curso - Especialização	Mestrado	1	15	CPO	R\$ 3.000,00	R\$ 45.000,00
Coordenador Pedagógico - Especialização	Mestrado	1	15	CPO	R\$ 3.000,00	R\$ 45.000,00
Coordenador Estadual	Especialização	27	10,5	EXT-C	R\$ 1.300,00	R\$ 368.550,00
Coordenador Local	Especialização	63	10,5	EXT-C	R\$ 1.300,00	R\$ 859.950,00
Professor Formador (1 bolsa a cada 10 horas mensais)	Mestrado	20	4,8	EXT-B	R\$ 1.400,00	R\$ 134.400,00
Professor Mediador (1 por polo)	Especialização	126	11	EXT-C	R\$ 1.300,00	R\$ 1.801.800,00
Coordenador de Professores Mediadores (1 para 126 Professores Mediadores)	Especialização	1	11,5	EXT-C	R\$ 1.300,00	R\$ 14.950,00
Secretário de Curso (30 horas semanais)	Graduação	2	15	CLE-G	R\$ 1.650,00	R\$ 49.500,00
Designer Educacional	Especialização	1	12	EXT-C	R\$ 1.300,00	R\$ 15.600,00
Apoio Pedagógico	Especialização	2	12	EXT-C	R\$ 1.300,00	R\$ 31.200,00
Especialista em Moodle	Especialização	2	12	EXT-C	R\$ 1.300,00	R\$ 31.200,00
Designer Gráfico	Graduação	1	12	EXT-D	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00
Produtor de Vídeo	Graduação	2	12	EXT-D	R\$ 1.200,00	R\$ 28.800,00
Tradutor e Intérprete de Libras	Graduação	2	12	EXT-D	R\$ 1.200,00	R\$ 28.800,00
Audiodescritor	Graduação	1	10	EXT-D	R\$ 1.200,00	R\$ 12.000,00
Secretário Escolar - Registro Acadêmico	Graduação	3	17	EXT-D	R\$ 1.200,00	R\$ 61.200,00
Revisor de texto	Graduação	1	10	EXT-D	R\$ 1.200,00	R\$ 12.000,00
Professor de Atendimento Educacional Especializado	Especialização	1	10	EXT-C	R\$ 1.300,00	R\$ 13.000,00
Passagens e Diárias - DocentEPT	-	1	1	-	R\$ 132.650,00	R\$ 132.650,00
Processo Seletivo Nacional de Alunos	-	1	1	-	R\$ 434.529,84	R\$ 434.529,84
TOTAL						R\$ 4.134.529,84

2.13 Custo Total do Projeto

Trata-se de um recurso, proveniente do TED 8747, previsto o valor de R\$ 4.134.529,84 (quatro milhões centro e trinta e quatro mil e quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos) destinado à oferta desta especialização na modalidade a distância que será definido e planejado a partir do diálogo com os 27 estados brasileiros, financiado pela Setec sob a gestão do Ifes. O valor aditivo total do TED 8747 é de R\$ 4.557.330,47 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta reais e quarenta e sete centavos).

3. Corpo Docente e Técnico do Curso

Para a execução desta proposta, a equipe multidisciplinar será selecionada pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, por meio de edital público a ser divulgado após a aprovação do projeto. O coordenador geral, o coordenador adjunto do projeto e o coordenador do curso serão indicados pelo Ifes, de acordo com § 6º do Art. 20 da Resolução nº 44/2016. Os professores mediadores serão selecionados via processo seletivo, a partir de publicação de edital próprio e os professores formadores serão compostos pelo comitê técnico já existente na Setec.

É importante salientar que os selecionados vinculados ao Ifes deverão ser autorizados a participar do projeto, por meio de autorização de sua chefia imediata, sendo esta condição obrigatória para vinculação do bolsista (Art.9º, § 1º, II, do Decreto 8.240/2014).

Observamos que se faz necessário a formação de uma equipe mínima que dê suporte à construção do curso e também a outros aspectos administrativos. O Quadro 1 detalha os atores e a descrição das atividades a serem desenvolvidas.

Quadro 1 - Papéis necessários para o desenvolvimento da proposta

Bolsistas	Áreas de atuação e atividades no projeto
Assistente de Design Gráfico	Elaboração e produção de imagens, animações, vídeos, diagramação e outras mídias necessárias para a execução do curso. Executar atividades correlatas.
Secretário Escolar (Assistente de Registro Acadêmico)	Registro e acompanhamento das matrículas dos cursistas no sistema acadêmico institucional, emissão de históricos, listagens, declarações, diplomas, entre outros, referentes ao curso. Executar atividades correlatas.
Especialista em Moodle	Gestão do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, da estrutura computacional e de rede do projeto. Executar atividades correlatas.
Audiodescritor	Planejamento, preparação e realização da narração descritiva em áudio de textos, imagens, gráficos, etc os quais são despercebidos ou incompreensíveis, especialmente, para cegos ou pessoas com baixa visão, promovendo a acessibilidade. Executar atividades correlatas.

Designer Educacional	Atuação junto ao professor formador, assessorando-o na adequação dos materiais à modalidade a distância, indicando a produção e diversificação de mídias, bem como apontando as necessidades de adaptação dos mesmos para torná-los acessíveis. Deve ter amplo conhecimento do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, além de conhecimentos de concepções de ensino e aprendizagem, de forma a indicar ao professor metodologias e estratégias para execução das disciplinas a distância. É responsável, também, por garantir os prazos da produção de materiais, elaborando cronogramas detalhados de execução. Executar atividades correlatas.
Apoio Pedagógico	Acompanhamento das questões inerentes ao processo de ensino-aprendizagem. Deve propor metodologias e estratégias de ensino que auxiliem o professor formador no percurso de formação dos estudantes. Este profissional deve, também, realizar o acompanhamento dos alunos, inclusive daqueles que não estão participando ativamente do curso, em parceria com os professores mediadores. Deverá acompanhar e supervisionar os professores mediadores em parceria com o coordenador de curso e coordenador pedagógico. Executar atividades correlatas.
Produtor de Vídeo	Produção, gravação e edição de vídeos, a exemplo de videoaulas e vídeos de apresentação dos professores, para serem utilizados como materiais instrucionais das salas virtuais das disciplinas do curso. Executar tarefas correlatas.
Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Acompanhar os alunos com necessidades específicas matriculados no curso; atuar em parceria com os professores especialistas, designer educacional e Apoio Pedagógico para prover condições de acesso, participação e aprendizagem a estes alunos; contribuir na escolha e desenvolvimento dos recursos didáticos e pedagógicos para que sejam acessíveis a todos os participantes do curso. Elaborar e executar o Plano de Ensino Individualizado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. Executar atividades correlatas.
Professor formador	Elaborar conteúdos, sejam virtuais ou impressos, além da construção/ escolha dos recursos para a sua sala virtual. Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografias para a linguagem da modalidade a distância e para os alunos com necessidades específicas. Definir o sistema de avaliação dos alunos. Acompanhar as atividades pedagógicas dos Professores mediadores e estudantes. Atuar de forma gerencial, no acompanhamento da execução da disciplina, monitorando o trabalho dos Professores mediadores e a correção das atividades avaliativas.
Professor mediador	Orientar e acompanhar os alunos via Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle). Esclarecer dúvidas dos alunos em, no máximo, 24 horas após estas serem postadas, exceto aos sábados a partir das 13h, aos domingos e feriados nacionais. Participar de reuniões virtuais periódicas, com o Coordenador de Professores Mediadores, o Professor Formador, Coordenador de Curso e Coordenador do Projeto, bem como participar de capacitações ofertadas pelo Ifes. Solucionar dúvidas enviadas pelos alunos junto ao professor formador, caso tenha dificuldade em solucioná-las sozinho. Corrigir e mediar todas as atividades (fóruns, exercícios, provas, trabalhos escritos etc.) enviadas via Ambiente Virtual de Aprendizagem. Acompanhar o desempenho dos alunos, buscando incentivá-los no desenvolvimento das tarefas, interagindo pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem.

	Atuar em parceria com o apoio pedagógico e o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) quanto às situações de alunos ausentes; com situações particulares; ou àqueles que apresentem algum tipo de necessidade específica. Gerar relatórios periódicos conforme necessidade do projeto.
Coordenador local	Receber as demandas administrativas dos alunos, por exemplo: atestado médico, necessidade de Tecnologia Assistiva, explicação sobre documentos que podem ser retirados do Sistema Acadêmico, informações sobre dispensa de disciplina, diplomas etc. Promover a integração dos alunos por meio do incentivo nos encontros semanais não obrigatórios. Apoiar nas lives dos professores formadores. Informar ao professor mediador problemas recebidos pelos alunos e na ausência de resposta contactar a coordenação pedagógica do curso. Incentivar a participação dos alunos em eventos locais da EPT no município e/ou estado. Viabilizar em conjunto com a equipe do curso e secretaria estadual local a realização do TFC na EPT. Participar como membro interno das bancas de TFC. Acompanhar a evasão, permanência e êxito do curso em conjunto com o coordenador pedagógico. Buscar apoio para garantir a infraestrutura dos polos junto às secretarias estaduais.
Revisor de texto	Revisão do material instrucional no que tange à Língua Portuguesa, garantindo a qualidade textual dos materiais produzidos no/para o curso, bem como das salas virtuais. Executar atividades correlatas.
Secretário de Curso	Assessoramento da coordenação do curso nas tarefas administrativas. Organização das rotinas operacionais e da documentação do curso. Responsável por fazer, agendamentos e dar o apoio necessário ao coordenador no atendimento aos estudantes. Executar atividades correlatas.
Tradutor e Intérprete de Libras	Tradução dos conteúdos dos materiais instrucionais para Língua Brasileira de Sinais (Libras), garantindo a acessibilidade para os participantes surdos, realizar tradução de webconferências, eventos e mensagens necessárias à comunicação entre professores e alunos surdos. Executar atividades correlatas.
Secretário Escolar (Assistente de Registro Acadêmico)	Registro e acompanhamento das matrículas dos cursistas no sistema acadêmico institucional, emissão de históricos, listagens, declarações, diplomas, entre outros, referentes ao curso. Executar atividades correlatas.

3.1 Formação dos Professores Formadores, Professores Mediadores Pedagógicos e Coordenadores Locais

Para o êxito deste programa é necessário que toda a equipe multidisciplinar esteja capacitada para a execução de suas atividades, em especial os professores formadores, os professores mediadores e os coordenadores locais, que serão responsáveis pela elaboração do conteúdo, mediação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela comunicação com os estudantes, respectivamente.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em muito, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos,

vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a capacitação do professor formador.

No caso dos professores mediadores, são eles que acompanham todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. É o profissional que mais interage com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância. Em relação aos coordenadores locais, as capacitações auxiliarão na mediação afetiva e no planejamento do acompanhamento virtual e presencial dos alunos.

Com a experiência do Ifes de capacitações anteriores para estes perfis de profissionais, percebe-se a necessidade de prepará-los para o trabalho em consonância com princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo e/ou a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação adequada e contextualizada envolvendo a metodologia utilizada pelo Ifes ocorre uma falta de conhecimento dos professores mediadores sobre ferramentas e formas de utilização destas.

Assim, entende-se a importância de uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos neste projeto de formação a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA, como também, as amplas relações e idiosincrasias tecidas e que são inerentes a educação a distância. É a partir dessa concepção que esta formação possui um valioso papel.

A formação está prevista para acontecer em dois momentos: no início do curso, destacando e problematizando questões estruturais e a dinâmica do curso. No segundo momento ela será realizada a cada novo módulo, para que os profissionais (professores mediadores e coordenadores de polo) possam compreender as disciplinas em sua estrutura e funcionamento

3.2 Corpo Docente

Professor	Disciplina	Link para o Lattes
Mariella Berger Andrade Danielli Veiga Carneiro Sondermann	<i>Ambientação em Educação a Distância</i>	http://lattes.cnpq.br/3929645439848570 http://lattes.cnpq.br/833571091222475
Gustavo Henrique Moraes e Jaqueline Maissiat	<i>Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica</i>	http://lattes.cnpq.br/1087861941161498 http://lattes.cnpq.br/4403199428657031
Jaqueline Maissiat Olivier Allain	<i>Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica</i>	http://lattes.cnpq.br/4403199428657031 http://lattes.cnpq.br/5131067534396263
Igor Thiago Marques Mendonça e Crislaine Gruber	<i>Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica</i>	http://lattes.cnpq.br/3992673458528896 http://lattes.cnpq.br/6583462640753492
Paulo Roberto Wollinger e Indiana Reis da Silva	<i>Didática Profissional e Tecnológica</i>	http://lattes.cnpq.br/3352793186650312 http://lattes.cnpq.br/2668789297195010

Beceveli		
Crislaine Gruber Olivier Allain	<i>Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica</i>	http://lattes.cnpq.br/6583462640753492 http://lattes.cnpq.br/5131067534396263
Larissy Alves Cotonhoto Emilene Coco dos Santos	<i>Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica</i>	http://lattes.cnpq.br/5973420305050319 http://lattes.cnpq.br/1659053731594758
Indiana Reis da Silva Beceveli e Emilene Coco dos Santos	<i>Pesquisa e extensão tecnológicas para a Educação Profissional e Tecnológica</i>	http://lattes.cnpq.br/2668789297195010 http://lattes.cnpq.br/1659053731594758
Jaqueline Maissiat e Paulo Roberto Wollinger	<i>Trabalho Final de Curso</i>	http://lattes.cnpq.br/4403199428657031 http://lattes.cnpq.br/3352793186650312
Carla Rejane Barros Caetano e Fernanda dos Santos Nogueira	<i>Libras</i>	http://lattes.cnpq.br/0754234799211437 http://lattes.cnpq.br/7026176828996133

Nome	Mariella Berger Andrade		Titulação Máxima ^[1]	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria Ifes		Cargo	Professora EBTT / Diretora do Cefor
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	20h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/3929645439848570	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>				
<p>Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) lotada no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Doutora em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Foi Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil (UAB) do Ifes de agosto de 2016 a agosto de 2018. Coordenadora da Pós-Graduação em Informática na Educação de agosto de 2018 a fevereiro de 2019. Atualmente, é diretora do Cefor. Tem experiência em educação à distância, informática na educação, tecnologias educacionais, software livre, rastreamento visual de objetos, processamento de imagens, robótica, roteamento de veículos e informática médica.</p>				

Nome	Danielli Veiga Carneiro Sondermann	Titulação Máxima ^[1]	Doutorado
------	------------------------------------	------------------------------------	-----------

UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria Ifes		Cargo	Professora EBTT / Diretora Executiva
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	20h
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/4004424177280845	

Resumo do Currículo Lattes

Professora titular com dedicação exclusiva do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) lotada no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) e diretora executiva do Ifes desde Abril de 2018. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com foco no Design Educacional, Educação a Distância, Formação Docente e estudos na área de Universal para a Aprendizagem (DUA) - Universal Design for Learning (UDL). Foi Coordenadora da Produção de Material para a modalidade a distância e Designer Instrucional de 2006 a 2009 pelo Sistema UAB. Possui mestrado em Informática pela Universidade Federal do Espírito Santo (2002).

Nome	Gustavo Henrique Moraes		Titulação Máxima ¹	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	INEP		Cargo	Pesquisador
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	40h		Carga Horária dedicação ao curso	60 horas
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/1087861941161498	

Resumo do Currículo Lattes

Pesquisador de carreira do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), no qual desenvolve avaliações a respeito dos sistemas educacionais brasileiros. De formação multidisciplinar - Doutor em Educação (UnB), Mestre em Educação Científica e Tecnológica (UFSC) e Engenheiro em Eletrônica e Telecomunicações (UTFPR) ? articula os distintos saberes necessários para a implementação de Sistemas Inteligentes de Indicadores, voltados à avaliação de instituições, programas e políticas públicas. Professor da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), tem auxiliado as organizações governamentais no Desenvolvimento de Sistemas de Indicadores de Desempenho Institucional No campo da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi o idealizador e coordenador de implantação da Plataforma Nilo Peçanha e de outras inovações na Gestão do Conhecimento, privilegiando as abordagens interdisciplinares que buscam conciliar as esferas qualitativas e quantitativas da pesquisa, respaldadas por abordagens históricas e estatísticas. Com ampla experiência na gestão, já ocupou os cargos de Coordenador Geral de Orientação e Controle da Educação Superior (SESu/MEC), Coordenador Geral de Estudos Regulatórios (SERES/MEC), Assessor Especial do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (SETEC/MEC) e Diretor de Estatísticas e Informações Acadêmicas (IFSC/MEC). Atualmente, acumula os cargos de Coordenador Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais e Diretor de Estudos Educacionais (substituto) do INEP, sendo responsável pelos estudos de Monitoramento do Plano Nacional de

Educação (PNE).

Nome	Olivier Allain		Titulação Máxima[1]	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Instituto Federal de Santa Catarina		Cargo	Professora EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	100
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/5131067534396263	
Resumo do Currículo Lattes				
Professor do Instituto Federal de Santa Catarina, no Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), possui doutorado em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Atua como docente e pesquisador da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com ênfase em: epistemologia da EPT, didática da EPT, história, concepções e políticas da EPT.				

Nome	Crislaine Gruber		Titulação Máxima[1]	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Instituto Federal de Santa Catarina - CERFEAD		Cargo	Professora EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	60
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/6583462640753492	
Resumo do Currículo Lattes				
Professora no Centro de Referência em Formação e Educação a Distância do Instituto Federal de Santa Catarina. Doutora em Engenharia de Produção, com ênfase em Ergonomia, na Universidade Federal de Santa Catarina (2019), mestra em Design (2014) e graduada em Moda (2010), pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi assessora na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC, junto à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Atua principalmente nas áreas de Tecnologias Educacionais, Educação Profissional, Concepção de Cursos na Educação Profissional, Análise Ergonômica do Trabalho e Didática Profissional.				

Nome	Jaqueline Maissiat	Titulação Máxima[1]	Doutorado
------	--------------------	---------------------	-----------

UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Cefor/Reitoria Ifes	Cargo	Professor
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE	Carga Horária dedicação ao curso	100
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/4403199428657031

Resumo do Currículo Lattes

possui graduação em Pedagogia - Multimeios e Informática Educativa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004) e mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007), Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Informática Educativa/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) em cooperação técnica, originária do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (CEFOR), onde atua, ainda, como Professora Permanente do Mestrado em Ensino de Humanidades, participa do Grupo de Pesquisa Tecnologias Digitais e Práticas Pedagógicas (TecPrática Cefor/Ifes) Núcleo de Estudos em Subjetivação, Tecnologia e Arte (Nesta/UFRGS). Membro da Associação Brasileira de Educação a Distância e da Sociedade Brasileira de Computação, tem experiência na área de Educação e Novas Tecnologias, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação a distância, educação superior, inovações, processo ensino e aprendizagem, mediação tecnológica, motivação, imagem.

Nome	Carla Rejane de Paula Barros Caetano		Titulação Máxima	Mestrado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES/Campus Itapina		Cargo	Tradutor e Intérprete
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	40		Carga Horária dedicação ao curso	20
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/0754234799211437	

Resumo do Currículo Lattes

Possui graduação em pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); especialização em psicopedagogia pela Faculdade Vale do Piranga (FAVAPI) e em Libras pela Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC); capacitações profissionais na área tradução e interpretação da língua de sinais; certificação no exame de proficiência no uso e ensino da Libras (PROLIBRAS - 2015); mestrado em Letras pelo Programa de Pós - Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atuou como professora dos anos iniciais da educação básica pela Prefeitura Municipal de Viçosa por uma década; como professora de Libras em faculdades privadas (Faculdade de Viçosa-FDV e Faculdade UNIPAC); como tradutora e intérprete de Libras na Rede Estadual de Minas Gerais e na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente é professora EBTT no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), no campus Itapina, atuando na área do ensino da Libras e outros componentes pedagógicos como: diversidade, educação infantil, princípios da educação a distância, estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental e fundamentos e metodologias da arte e movimento, além de coordenar as atividades do coral de Libras do campus Itapina. Tem interesse por

estudos no campo da educação de surdos, processos de ensino e aprendizagem da libras, ensino da língua portuguesa para surdos, educação especial na perspectiva inclusiva e educação infantil.

Nome	Igor Thiago Marques Mendonça		Titulação Máxima[Mestrado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Instituto Federal de Santa Catarina - CERFEAD		Cargo	Professor EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	40
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/3992673458528896	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>				
<p>Doutorando em Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com mestrado em Engenharia de Automação e Sistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor e pesquisador do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina na área de Tecnologias Educacionais. É professor do curso de especialização em Tecnologias para Educação Profissional do IFSC e dos cursos de Formação Inicial e Continuada na mesma temática. Atua também na institucionalização da EAD do IFSC com formações internas e acompanhamento e orientações de professores para atuar na modalidade EAD e ensino híbrido.</p>				

Nome	Paulo Roberto Wollinger		Titulação Máxima	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Instituto Federal de Santa Catarina - CERFEAD		Cargo	Professor EBTT
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	60
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/3352793186650312	
<u>Resumo do Currículo Lattes</u>				
<p>Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina, Licenciatura Para Educação Profissional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Especialização em Gestão Educacional pela Oklahoma State University - EUA, Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília. Participou da construção dos Catálogos Nacionais dos Cursos de Tecnologia e Cursos Técnicos. Foi Coordenador-Geral de Regulação da Educação Tecnológica - SETEC-MEC, Diretor de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SESU-MEC. Foi diretor de Ensino e Pró-Reitor de Ensino Substituto do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. Atualmente é docente do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância - IFSC-Cerfead, atuando na formação de professores</p>				

para a Educação Profissional.

Nome	Larissy Alves Cotonhoto		Titulação Máxima	Doutorado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes/Cefor		Cargo	Professora
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	40
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/5973420305050319	
Resumo do Currículo Lattes				
Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1994), graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2012), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2001) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e Coordenadora geral de Ensino do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância. Tem experiência na área de Psicologia, Educação, Educação Especial e Educação a Distância.				

Nome	Emilene Coco dos Santos		Titulação Máxima ^[1]	
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes/Campus Colatina		Cargo	Professora
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	DE		Carga Horária dedicação ao curso	40
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/1659053731594758	
Resumo do Currículo Lattes				
Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (2000), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017). Atualmente é professora Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal do Espírito Santo, pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo e membro do Grupo de estudos sobre autismo da mesma universidade. Coordenou o Polo da Universidade Aberta do Brasil em Vitória/ES. Tem experiência na área de Educação Inclusiva, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: autismo e educação, educação inclusiva e práticas pedagógicas.				

Nome	Indiana Reis da Silva Beceveli		Titulação Máxima ^[1]	
------	--------------------------------	--	---------------------------------	--

UA (Lotação) ou Instituição de Origem	Ifes/Campus Colatina		Cargo	Pedagoga
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	40		Carga Horária dedicação ao curso	40
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/2668789297195010	
Resumo do Currículo Lattes				
<p>Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008). Especialista em Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos e Graduada em Pedagogia (2007). Atualmente é Pedagoga no Instituto Federal do Espírito Santo, campus Colatina. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação profissional e tecnológica, educação a distância, educação especial e inclusão, educação de jovens e adultos, dificuldades de aprendizagem, didática, metodologias e práticas de ensino e educação social.</p>				

Nome	Fernanda dos Santos Nogueira		Titulação Máxima ^[1]	Mestrado
UA (Lotação) ou Instituição de Origem	IFES/Campus/Reitoria		Cargo	Tradutor e Intérprete
Regime de Trabalho 20h, 40h, DE, Não se aplica	40		Carga Horária dedicação ao curso	20
Situação Ativo, aposentado, licenciado	Ativo	Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/7026176828996133	
Resumo do Currículo Lattes				
<p>Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/Ufes), Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, também pela Ufes (PPGE/Ufes), na linha de Educação Especial e Processos Inclusivos. Aluna especial (doutorado/2019) no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL/Ufes). Bacharel em Letras Libras (UFSC), Licenciatura Plena em Português (Serravix) e Pós-Graduada em Educação Especial na perspectiva da Inclusão (Ufes). Servidora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Vitória, como Tradutora e Intérprete de Libras-português. Coordenadora adjunta do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne/Ifes). Membro do Grupo de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (Giples/CNPq-Ufes). Tem experiência na área de Tradução, Interpretação e Educação Especial, com ênfase nos seguintes temas: Libras, Surdos, Tradução e Interpretação de Libras, Educação Especial e Acessibilidade.</p>				

Os Professores Mediadores serão selecionados por edital público.

Os orientadores dos Trabalhos Finais de Curso (TFC) serão os professores mediadores, que após formação específica no curso, terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos alunos.

3.2. Corpo Técnico do Curso:

O corpo técnico do curso, formado por Designer Educacional, Apoio Pedagógico, Revisor de Texto, Assistente de Design Gráfico, Estatístico, Audiodescritor e Tradutor e Intérprete de Libras. Todas as funções citadas anteriormente serão selecionadas por edital público.

3.4 Coordenação e Corpo Docente do Curso

Devido às peculiaridades, inclusive por conta da grande quantidade simultânea de alunos, este curso terá uma estrutura de coordenação peculiar, com as seguintes instâncias:

- *Supervisor Geral do Projeto*: a ele cabe o acompanhamento da execução do convênio MEC-SETEC-IFES para o desenvolvimento do projeto. Deve ser um servidor ligado à SETEC;
- *Coordenador Geral do Projeto*: responsável por toda a estrutura e implementação do projeto. Faz a articulação dos respectivos esforços de pessoal e demais instâncias, para garantir toda a atividade do curso, desde a matrícula até a diplomação.
- *Coordenador Adjunto do Projeto*: dividirá atribuições com o Coordenador Geral na implementação das atividades gerenciais e operacionais;
- *Coordenador de Curso*: responsável pelas atividades operacionais da oferta do curso em conjunto com o coordenador pedagógico.
- *Coordenador Pedagógico*: responsável por acompanhar todas as unidades curriculares e atividades presenciais; orientará docentes e demais trabalhadores envolvidos no curso para garantir a construção do perfil profissional de conclusão aqui descrito.
- *Coordenador de Produção de Material*: responsável por gerenciar a produção dos materiais didáticos e acompanhar a construção das salas no Moodle.

Define-se:

- Supervisora-Geral do Projeto: Joelma Kremer e Iara Christina Silva Barroca
- Coordenador-Geral do Projeto: Wesley Vitor da Silva
- Coordenadora Adjunta do Projeto: Monica Costa Arrevabeni
- Coordenadora do Curso: Larissy Alves Cotonhoto
- Coordenador Pedagógico: Paulo Roberto Wollinger
- Coordenador de Produção de Material: Aline de Freitas Xavier Carvalho

4. Matriz Curricular

O item a seguir apresenta a matriz curricular do curso.

4.1. Componentes Curriculares:

Semestre/ Módulo	Descrição Componentes Curriculares	Professores(as) Responsáveis	Obrigatória ou Optativa	Carga Horária
	<i>Ambientação em</i>	Mariella Berger de Andrade	Obrigatória/ EaD	20

MÓDULO I Primeiro Semestre (Aperfeiçoamento em Docência para a EPT)	<i>Educação a Distância</i>	Danielli Veiga Carneiro Sondermann		
	<i>Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica</i>	Gustavo Henrique Moraes e Jaqueline Maissiat	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica</i>	Jaqueline Maissiat e Olivier Allain	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.</i>	Igor Mendonça e Crislaine Gruber	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Didática Profissional e Tecnológica.</i>	Paulo Wollinger e Indiana Reis da Silva	Obrigatória/ EaD	60
MÓDULO II Segundo Semestre (Certificação: Especialista em Docência na EPT)	<i>Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica</i>	Crislaine Gruber e Olivier Allain	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica</i>	Larissy Alves Cotonhoto e Emilene Coco dos Santos	Obrigatória/ EaD	40
	<i>Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica</i>	Emilene Coco dos Santos e Indiana Reis da Silva	Obrigatório/ EaD	40
	<i>Trabalho Final de Curso - TFC</i>	Paulo Wollinger e Jaqueline Maissiat	Obrigatória/ EaD	30
	<i>Libras</i>	Carla Rejane e Fernanda Nogueira	Obrigatória/ EaD	30
Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias e Trabalho de Conclusão				460
Carga Horária Total do Curso				460

Proposta de cronograma para 2022, que pode ser alterada conforme andamento do processo seletivo.

(https://docs.google.com/document/d/1a3_Y6-Tt2FxEt-tXjtr9ccJkCd9nUVkc/edit?usp=sharing&ouid=115026217619303383184&rtpof=true&sd=true)

4.1.1 Certificações Intermediárias

Este curso é composto por dois módulos didáticos com suas respectivas certificações. Ao aluno que integralizar **todos** os componentes curriculares será conferido Certificado de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Ao aluno que concluir apenas o Módulo I, será concedida a Certificação Intermediária de acordo com a carga horária cumprida e aprovação nas

disciplinas. A Certificação será de Aperfeiçoamento em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

Para obter a Certificação Intermediária, o aluno deverá requerer à Coordenação do Curso, via formulário específico, o respectivo certificado, após aprovação em todos os componentes daquele módulo. Não serão emitidos automaticamente os certificados, apenas para aqueles alunos que solicitarem.

4.1.2 Certificação

O aluno com Certificado de Especialista emitido neste curso, estando em efetivo exercício da docência na Educação Profissional e Tecnológica, sendo portador de diploma de curso superior de tecnologia ou curso de bacharelado, sintonizados às formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Artigo 53 da Resolução CNE/CP 01/2021 e do artigo 21 da Resolução CNE/CP 02/2019. O requerimento de diplomação deverá seguir a regulamentação vigente no âmbito do IFES.

4.2. Ementário

Nome Componente ou Disciplina: Ambientação em Educação a Distância	
Carga Horária ⁵ : 20h	Obrigatória
Objetivos	
Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.	
Ementa	
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.	
Conteúdo	
Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: email, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações	

⁵ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica⁶

LEMONS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**. Florianópolis: IFSC, 2016.
LITTO, M.F.; FORMIGA, M. **Educação a Distância: estado da arte**. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. **Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.
MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
MOODLE.ORG. Disponível em: <https://moodle.org/?lang=pt_br>. Acesso em: 26 out 2018.

Bibliografia Complementar⁷

BEHAR. Patrícia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.
BEHAR, Patrícia Alejandra. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.
BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.
CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. **Introdução à Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.
MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.
MATTAR, João. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.
PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. **Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 1ª ed., 2018. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

Nome Componente ou Disciplina: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária ⁷ : 60h	Obrigatória
Objetivos	
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.	
Ementa	

⁶ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

⁷ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.

Conteúdo

Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica⁸

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.
BARATO, Jarbas Novelino. **Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
BARATO, J. N. **Fazer bem feito: valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

⁸ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Senac SP, 2017.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

Bibliografia Complementar⁷

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. **Revista Vértices**, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, A. G. **La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **PNAD 2014: Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MORAES, G. H. **Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>>.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. **Rev. Bras. de Estud. Pedagóg.** [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber**. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Nome Componente ou Disciplina: **Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária⁹: 60h

Obrigatória

Objetivos

Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem. Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas. Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.

Ementa

Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutigógicos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática

⁹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.
Conteúdo
Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner. Princípios andragógicos e heutagógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica¹⁰
BARBIER, J.-M. Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios . Brasília: Liber Livro, 2013. MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem . São Paulo: EPU, 1999. PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional . Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola . Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
Bibliografia Complementar⁷
ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional . Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho . São Paulo: Senac São Paulo, 2004. BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica . Rio de Janeiro:

¹⁰ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

Boletim Técnico Senac, v. 39, n. 2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349>>

BECKER, F. Aprendizagem: concepções contraditórias. **Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genética**. v. I, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/552>>. Acesso em 8 ago. 2018.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014.

BILLETT, S. **Aprendendo profissões pela prática: currículo, pedagogia e epistemologia da prática**. Dep. of Education and Professional Studies, Griffith University, Australia, 2018. Brochura resumo da teoria produzida no âmbito da pesquisa “Enhancing practice-based learning experiences: towards a curriculum, pedagogic and epistemology of practice”, trad. Olivier Allain, Crislaine Gruber, Paulo Wollinger. Disponível em: <<https://vocationsandlearning.wordpress.com/resources/>>

BOURGEOIS, E.; DURAND, M. **Apprendre au travail**. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

BRANCO, M. A. R. da V. Aprendizagem de Adultos - Andragogia. In: COLOMEISCHI, Aurora Adina. **Programa de Intervenção Social e Psicopedagógica para Pais**. Bragança, Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 2016.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora: Estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

CESCON, Everaldo. Cognição situada e aprendizagem em contextos escolares. **Itinerário educativo**, ano xxx, n.º 68, jul.-dez. 2016, pp. 37-50. Disponível em: <<http://revistas.usbbog.edu.co/index.php/Itinerario/article/download/2946/2533/>>

SCHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Nome Componente ou Disciplina: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária ¹¹ : 60h	Obrigatória
Objetivos	
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.	
Ementa	
Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.	
Conteúdo	
Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	

¹¹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹²

BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação**. São Paulo: Penso Editora, 2015.

BATES, T. **Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf>.

CREATIVE COMMONS BR. **Licenças Creative Commons**. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PONTES, E. **O que é esse tal de copyright?**. 2017. Disponível em: <<https://eadbox.com/copyright/>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

Bibliografia Complementar⁷

CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos**. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 31 maio de 2020.

GANDELMAN, H. **De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PORVIR. **Tecnologias na Educação**. Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em 31 maio. 2020.

SANTOS, A. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação**. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>.

SARTORI, A; ROESLER, J. **Educação a Distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line**. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). **Conceito de recursos educacionais abertos**. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Nome Componente ou Disciplina: **Didática em Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária¹³: 60h (40h teórica e 20h prática)

Obrigatória

¹² Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

¹³ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Objetivos
Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica. Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT. Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional.
Ementa
Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos da didática para a Educação Profissional e Tecnológica. ● Didática Profissional. ● A Cultura Profissional como Elemento para a Didática. ● Atividade Pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica. ● Planejamento do ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa. ● Avaliação na Educação Profissional : funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos. ● Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica ¹⁴
<p>BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.</p> <p>DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5></p>

¹⁴ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

Bibliografia Complementar⁷

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". **Revista Acadêmica da Unigranrio**. Vol. IX, nº 1, 2015. Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). **Processos de Ensinagem na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, Fernando. **Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.

BERBEL, N. A. N. (Org.). **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: UEL/INEP, 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação Profissional**. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Nome Componente ou Disciplina: **Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária¹⁵: 60h

Obrigatória

Objetivos

Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância. Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA. Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.

Ementa

Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.

¹⁵ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. ● Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EP. ● Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional. ● Educação por competências: conceitos e abordagens. ● Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional. ● Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico e certificações profissionais. ● Currículo de PROEJA. ● Formação laboral como atividade de extensão.
Metodologia e Recursos Utilizados
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>
Avaliação da Aprendizagem
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>
Bibliografia Básica ¹⁶
<p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, consulta em 06/03/2020.</p> <p>JONNAERT, Philippe. Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.</p> <p>GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad.</p> <p>GRUBER, Crislaine. ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.</p>
Bibliografia Complementar ⁷
<p>GRUBER, Crislaine et al. Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. Boletim Técnico do Senac, v. 45, p. 117-137, 2019.</p> <p>GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo:</p>

¹⁶ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

Edgard Blucher, 2001.
 MULDER, M. (Ed.). **Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education**. Springer, 2017.
 NORTON, Robert E. **DACUM Handbook**. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press., 1997.
 PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017.
 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>.

Nome Componente ou Disciplina: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária ¹⁷ : 40h	Obrigatória
Objetivos	
Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva. Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.	
Ementa	
Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.	
Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none"> ● Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas ● O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência ● A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. ● Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas ● Avaliação no processo ensino-aprendizagem ● Acessibilidade e tecnologias ● O atendimento educacional especializado 	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme	

¹⁷ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹⁸

- BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>.
- BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais**. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018.
- DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25723>>.
- FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência**. São Paulo: Cortez, 2013.
- SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Bibliografia Complementar⁷

- FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <[2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299)>"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK> "<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299">. Acesso em 18 de maio de 2018.
- JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial** [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <[_06/editora/formacao.pdf](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)>" [HYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK) "[http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf) "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf">. Acesso em: 18 de maio de 2018.
- PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. **Revista Poiesis Pedagógica**. Catalão/GO, v. 12, nº 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.
- SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais** / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- SMITH, D. D. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]
- VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência-** a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

¹⁸ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

Nome Componente ou Disciplina: Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica	
Carga Horária ¹⁹ : 40h	Obrigatória
Objetivos	
Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional. Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico. Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais. Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade. Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.	
Ementa	
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).	
Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none"> ● A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. ● O trabalho como princípio educativo. ● A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão. ● Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação Profissional. ● Inovação e seu papel tecnológico e social. ● A extensão nos currículos escolares. ● A integração das escolas técnicas com o setor produtivo. 	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.	

¹⁹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Bibliografia Básica²⁰

BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: **XI CAMARGO, Celia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador.** São Paulo: UNESP, 2002.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real.** Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. **Revista Espacios**, v. 35, n. 5, 2014.

PEREIRA, André Ferreira. **Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades.** Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.

Bibliografia Complementar

SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politicas_Publicas>

BMEC. **Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada.** 2014. Disponível em:
<<http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/>>. Acesso em: 14 jun 2018.

BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. **Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

Nome Componente ou Disciplina: Trabalho Final de Curso	
Carga Horária ²¹ : 30h (20h teórica e 10h prática)	Obrigatória
Objetivos	
Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional e compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP	
Ementa	
Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.	
Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none"> ● Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à intervenção ● Construção do Projeto de intervenção; ● Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; ● Implementação do Projeto de intervenção ● Elaboração de relatório de atividades 	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no	

²⁰ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

²¹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica²²

MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. **Observações em sala de aula, algumas percepções.** Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.
 PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.
 TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.
 THIOLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005

Bibliografia Complementar⁷

DTE. **Design Thinking para educadores.** Disponível em <<http://www.dtparaeducadores.org.br>>. Acesso em 10 jul. 2017.
 VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: observação.** Brasília: Plano, 2003.

Nome Componente ou Disciplina: Libras	
Carga Horária ²³ : 30h	Obrigatória
Objetivos	
Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais. Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos. Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais. Conhecer aspectos gramaticais da Libras.	
Ementa	
Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em	

²² Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

²³ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

contextos de comunicação informal.
Conteúdo
Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.
Bibliografia Básica²⁴
FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995 GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola, 2009.. FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mirna Salerno. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor . 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008. LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007. BOTELHO, Paula. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Inclusão & educação . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 2010
Bibliografia Complementar⁷
KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira - Estudos Lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos . Rio de Janeiro: Edufscar, 2013. PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo: Pearson, 2011. SILVA, Rafael dias. Libras: Língua Brasileira de Sinais . São Paulo: Pearson, 2015. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda . Florianópolis: EdUFSC, 2008.

²⁴ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

4.3 Metodologia

Este curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância. As atividades educativas incluem:

- material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o aluno possa imprimir, caso queira;
- vídeoaulas para aprimoramento de conteúdos;
- indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras;
- gravação em áudio do material escrito, a critério docente;
- atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- materiais acessíveis para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;
- sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material didático constará de textos elaborados pelos professores conteudistas (planejam e elaboram os conteúdos das unidades curriculares definidas), que também serão os professores formadores, com o máximo de figuras, gráficos, tabelas, *hiperlinks* ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Neste Projeto o professor formador, além de preparar todo o material didático a ser usado na disciplina, incluindo as avaliações, participará de atividades letivas durante a implementação da disciplina, participando de interações síncronas, supervisão de tutores e solução de dúvidas e procedimentos nas atividades discentes e avaliativas.

Este curso terá dois módulos de atividades letivas, que se subdividiram em blocos, agrupando disciplinas para que atuem de forma interdisciplinar, inclusive com avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, exercitando os princípios da educação por competência, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2012, 2021):

- 1ª Etapa:

O curso se iniciará com uma abertura formal, com autoridades da SETEC, do IFES e IFSC, em seguida pela disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA . Com duração de três semanas, garantindo o domínio pleno do AVA, esta disciplina deverá capacitar os tutores a distância para suporte aos alunos durante o curso.

- 2ª Etapa:

Nesta etapa serão oferecidas simultaneamente duas disciplinas: “Epistemologia da Educação Profissional”, “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional”, na sequência serão oferecidas simultaneamente as disciplinas: “Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a Educação Profissional e Tecnológica”. Estas disciplinas realizarão atividades avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

- 3ª Etapa:

Nesta última etapa serão oferecidas as disciplinas “Projeto Pedagógico na Educação Profissional”, “Práticas Inclusivas na Educação Profissional”, “Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica”, “Trabalho de Conclusão” e “Libras”. As duas primeiras ofertadas simultaneamente; e em seguida as outras duas e, por fim, o TFC. Estas disciplinas realizarão atividades presenciais ou síncronas avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente.

Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica e Libras estejam acontecendo, os alunos possam dar início às pesquisas e às intervenções educativas na EPT.

4.4 Avaliação do Processo Ensino e de Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem obedecerá às determinações do Regulamento de Organização Didática do Ifes, no que couber, incluindo as seguintes especificidades: avaliação da aprendizagem deve sempre ter como referência o perfil profissional, os objetivos e as competências aqui descritas, além dos saberes de cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem visando a construção de saberes.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino de cada unidade curricular, estimulando o aluno à: pesquisa, reflexão e criatividade. As avaliações de cada unidade curricular podem constar de:

- observação da participação dos alunos pelos professores, no AVA e nas atividades;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- provas escritas, com ou sem consulta;
- exercícios de fixação ou aprimoramento como jogos e roteiros dirigidos;
- planejamento e execução de projetos;
- relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de pontos, numa escala de zero a cem. Os alunos que não atingirem nota superior a sessenta serão desligados do programa, conforme regulamento.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de nova atividade no decorrer do período letivo, visando a promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas, tais como atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido a nova avaliação, prevalecendo sempre o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Será, também, promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário a ser aplicado aos estudantes ao final de cada unidade curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e os professores terão acesso visando contribuir na revisão de suas práticas e estrutura da unidade curricular nas próximas ofertas.

4.5 Trabalho Final de Curso - TFC

Segundo o artigo 53, parágrafo segundo, alínea II da Resolução CNE/CP nº 01/2021, no que trata da

formação docente para a EP, estabelece:

II - participar de curso de pós-graduação lato sensu de especialização, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional, devendo o TCC contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional;

O presente projeto estabelece que o Trabalho Final de Curso (TFC) seja um projeto de intervenção na prática docente aprovado por banca examinadora, ou seja, o planejamento, implementação e avaliação de um processo educativo na Educação Profissional e Tecnológica, a ser desenvolvido individualmente por cada estudante, com fundamentação a partir do conteúdo trabalhado nas disciplinas do curso.

Será disponibilizado material instrucional, bem como capacitação aos professores mediadores, os quais mediarão a elaboração e execução do trabalho final e também aos coordenadores locais para que possam realizar os preparativos e o acompanhamento local da elaboração e apresentação do TFC.

Como se trata de uma intervenção, a elaboração e a construção desta intervenção caberá ao aluno, com as orientações do professor formador e do professor mediador.

As bancas de defesa serão compostas pelo professor mediador, coordenador local e um convidado externo, que avaliarão o aluno e a média das avaliações comporá a nota final da defesa. As defesas poderão acontecer virtualmente, em plataforma virtual.

O desenvolvimento do TFC prevê a seguinte estrutura mínima:

- a disciplina de TFC providenciará reflexões e material para elaboração do projeto de intervenção e cada aluno escolherá um curso de EPT ofertado por uma escola técnica e contactará o coordenador do curso e um docente para entrevistar sobre os desafios da EPT;
- este aluno solicitará autorização para ministrar uma aula ou realizar uma atividade educativa com alunos desse curso de EPT (preferencialmente técnico);
- o professor da disciplina receberá um formulário de avaliação para preencher e devolver ao coordenador local, como parte da avaliação da atividade;
- o aluno deverá inserir no AVA Moodle seu projeto de intervenção, relatório da atividade e o formulário de avaliação, para posterior análise do tutor a distância;
- caso a avaliação seja insuficiente, uma nova oportunidade será recomendada ao aluno, como atividade de recuperação (período definido no calendário do curso).

4.6 Atividades de atendimento aos estudantes

A condução de todo o curso compõe-se de um conjunto de profissionais da educação agindo em diferentes níveis e atividades para garantir a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida, incluindo o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, com apoio do Napne e das diferentes coordenações. Alguns deles terão contato direto com os estudantes, a saber:

- Professor mediador (análogo ao Tutor a distância das ofertas de Curso UAB): profissionais que atenderão remotamente às demandas de coordenadores locais e de alunos, referentes às atividades letivas e de registro escolar, além de participar na correção das avaliações, conforme Plano de Ensino de cada disciplina. Também colaborarão, ainda, na implementação e na avaliação da Intervenção Pedagógica.
- Coordenador local: é o profissional que terá contato permanente com os alunos, organizando os espaços físicos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades presenciais nos

polos, supervisionando-as. É ele, também, que inserirá no AVA documentos e materiais relativos às atividades educativas e de Secretário escolar (assistente de registro acadêmico), acompanhará os alunos nas atividades do Projeto de Intervenção.

- Articulador estadual: é um servidor da Secretaria de Educação (ou equivalente) em cada estado, responsável pela articulação da oferta, seleção dos coordenadores locais, escolha dos polos de apoio presencial e implementação do processo seletivo e acompanhamento da implementação de todo o projeto, mantendo contato entre a esfera estadual e a SETEC - MEC,

5. Estágio

Não haverá estágio no curso.

6. Avaliação do Curso

Ao final do curso, a Coordenação providenciará formulário eletrônico de avaliação a ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso estas aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações de disciplina e avaliação final do curso.

REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nr. 11/2012**. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de março de 2020

BRASIL. **Decreto 9.057 de 2017**. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 26 de março de 2010

BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. 2012. Disponível em :

BRASIL. **Resolução CNE CES 01 de 2018**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. **A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. **Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien**. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. **Trabalho & Educação**. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine**. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. **Competências e socioconstrutivismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation**. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. **Les techniques du corps**. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars - 15 Avril 1936. Disponível em:
<http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. **A análise do trabalho em Didática Profissional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Senac, 2007.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle**. 1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. **Haudricourt et la technologie**. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. **Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail**. Techniques & Culture, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. "La didactique professionnelle". In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Reelaboração do Projeto: Paulo Wollinger e Larissy Alves Cotonhoto.
Colaboradores da elaboração do Projeto Inicial: Olivier Allain, Marilza Regattieri, Joelma Kremer, Crislaine Gruber, Joedna Hubner, Monica Arrevabeni, Danielli Sondermann, Wesley Vitor da Silva.

Vitória-ES, janeiro de 2022.